

NotreDame Intermédica Minas Gerais S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



Relatório da Administração

Mensagem da Administração

A Administração da **NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhado do relatório de opinião dos Auditores Independentes.

Encerramos 2024, com a marca de 535.402 mil clientes, sendo 490.142 mil em plano de médico hospitalar e 45.260 mil em planos odontológicos.

- **Capacidade Financeira**

A Companhia finaliza o ano de 2024 com R\$ 378.514.153 em caixa (R\$ 308.880.539 em 2023) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras (fundos de investimento de renda fixa). A Companhia possui intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. Não houve recursos captados por meio da emissão de Debêntures.

- **Qualidade Assistencial e Sustentabilidade**

Mudanças disruptivas em nosso setor estão acontecendo e estamos conscientes de que para uma história corporativa de sucesso, a inovação é um fator chave. Sendo líderes em saúde, acreditamos que o uso e aprimoramento de novas tecnologias no Grupo Hapvida NotreDame Intermédica pode promover mais saúde às pessoas, melhorar a qualidade assistencial, promover a eficiência em custos, e, conseqüentemente, aumentar a acessibilidade e a experiência dos clientes e beneficiários.

- **Performance do resultado**

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 987.087.714 em 2024 (R\$ 1.013.172.660 em 2023), um aumento de 2,64% em comparação ao exercício anterior. Os custos dos serviços prestados apresentaram aumento de 4,95% quando comparado ao exercício de 2023. O prejuízo líquido da Companhia foi de R\$ (6.538.531) em 2024 (R\$ 57.821.966 em 2023).

- **Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas**

No exercício de 2024, não foram realizados investimentos em suas sociedades controladas.

- **Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2024, a Operadora não possuía empréstimos e financiamentos a pagar.

- **Declaração sobre capacidade financeira**

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.



➤ **Declaração de não ocorrência**

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

➤ **Política de destinação de lucros**

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com o definido no estatuto social da Operadora.

➤ **Considerações finais**

A Companhia, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio, declara não haver ocorrência de operações suspeitas e está certa de que todas as conquistas de 2024 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

A Administração.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da entidade
NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A
CNPJ 62.550.256/0001-20
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da entidade **NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A**, identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4.5.20 às demonstrações contábeis, que descreve os efeitos da reapresentação dos saldos do exercício de 2023, em decorrência de retificação de "erros" no reconhecimento de ativos, passivos e transações contábeis. Essa reapresentação impactou os valores divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade e suas controladas;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/SP
CVM 7862



Assinado de forma
digital por CHARLES
ANDRÉ
ROVIGO:00625101936

CHARLES ANDRÉ ROVIGO
CRC PR-042.964/O-6 S/SP
CPF 006.251.019-36
CNAI 2908

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.**Balanços patrimoniais****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores em Reais – R\$)**

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de		1 de janeiro de	31 de dezembro de		1 de janeiro de
		2024	2023	2023	2024	2023	2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Ativo							
Circulante		447.345.483	377.786.160	288.412.074	463.297.037	390.373.009	307.011.767
Disponível		12.408.631	13.143.740	6.333.865	12.889.463	16.813.371	7.671.164
Realizável		434.936.852	364.642.420	282.078.209	450.407.573	373.559.638	299.340.603
Aplicações financeiras	5	366.105.290	295.736.584	182.777.636	366.105.290	295.736.583	182.777.636
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		366.050.399	295.685.688	182.731.024	366.050.399	295.736.583	182.731.024
Aplicações livres		54.891	50.896	46.612	54.891	-	46.612
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	23.063.790	27.905.358	55.688.986	23.063.790	27.905.358	55.688.986
Contraprestações pecuniárias a receber		16.215.203	23.177.086	54.914.412	16.215.203	23.177.086	54.914.412
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		6.848.587	4.728.272	731.334	6.848.587	4.728.272	731.334
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	-	34.413	-	-	34.413
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	-	8.827	-	-	8.827
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		642.010	442.415	2.436.749	(1.826.760)	1.197.574	10.042.445
Despesas de comercialização	7	2.905.655	5.331.421	13.501.125	2.905.655	5.331.421	13.501.125
Créditos tributários e previdenciários	8	37.618.478	26.269.228	16.920.084	44.346.986	27.559.857	17.879.017
Bens e títulos a receber	9	4.601.629	8.957.414	10.682.713	15.811.143	15.828.845	19.356.743
Despesas antecipadas		-	-	70.916	1.469	-	94.651
Não circulante		425.405.269	525.428.729	389.064.997	482.923.765	580.393.968	449.012.279
Realizável a longo prazo		226.196.458	308.898.113	225.106.829	248.050.056	339.182.930	244.025.091
Aplicações financeiras		232	215	-	232	215	-
Aplicações livres	5	232	215	-	232	215	-
Créditos tributários e previdenciários	8	-	26.269.228	16.920.084	-	27.559.857	17.879.017
Títulos e créditos a receber	9	2.504.703	1.999.810	193.933	2.504.703	1.999.810	193.933
Despesas de comercialização diferidas	7	-	-	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	10	66.698.861	61.738.558	58.070.544	94.587.899	74.193.407	65.983.712
Depósitos judiciais e fiscais	17	39.769.228	109.070.875	85.228.529	42.526.908	111.487.188	86.619.900
Outros créditos a receber a longo prazo	11	117.223.434	136.088.655	81.613.823	108.430.314	151.502.310	91.227.546
Investimentos	12	67.956.761	80.628.753	64.839.130	3.007.867	3.007.868	3.007.868
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		65.083.593	77.755.585	61.965.962	(0)	-	-
Participações societárias em rede assistencial		65.083.593	77.755.585	61.965.962	(0)	-	-
Participações societárias em outras sociedades		-	-	-	-	-	-
Outros investimentos		2.873.168	2.873.168	2.873.168	3.007.868	3.007.868	3.007.868
Imobilizado	13	130.501.540	134.920.436	98.442.341	230.955.670	236.963.004	200.823.577
Imóveis de uso próprio		17.807.332	18.491.283	16.963.245	47.948.516	50.045.335	51.339.623
Imóveis – hospitalares/odontológicos		-	-	372.731	30.141.184	35.862.294	34.749.109
Imóveis – não hospitalares/odontológicos		17.807.332	18.491.283	16.590.514	17.807.332	14.183.041	16.590.514
Imobilizado de uso próprio		84.808.780	69.166.350	17.343.836	107.780.951	32.579.933	28.509.196
Imobilizado – hospitalares/odontológicos		63.938.701	54.038.787	13.552.404	79.034.984	11.233.297	24.435.592
Imobilizado – não hospitalares/odontológicos		20.870.079	15.127.563	3.791.432	28.745.967	21.346.636	4.073.604
Imobilizações em curso		2.212.062	19.623.794	32.281.689	4.626.470	19.623.794	32.397.962
Outras imobilizações		83.526	-	12.469.626	83.526	134.713.942	88.576.796
Direito de uso de arrendamento		25.589.840	27.639.009	19.383.945	70.516.207	-	-
Intangível		750.510	981.427	676.697	910.171	1.240.166	1.155.743
Total do ativo		872.750.752	903.214.889	677.477.071	946.220.802	970.766.977	756.024.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.



Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em Reais – R\$)

Nota	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de		1 de janeiro de	31 de dezembro de		1 de janeiro de
	2024	2023	2023	2024	2023	2023
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo						
Circulante						
351.346.920	361.393.404	304.810.172	370.837.438	372.908.107	330.519.087	
14 298.691.642	323.927.184	232.207.045	298.574.673	320.618.909	232.207.045	
10.330.862	25.084.724	13.065.799	10.330.862	25.084.724	13.065.799	
10.227.632	19.388.362	13.035.129	10.300.050	19.388.362	13.035.129	
72.418	-	-	-	-	-	
-	5.669.481	-	-	5.669.481	-	
30.812	26.881	30.670	30.812	26.881	30.670	
30.288.349	74.966.886	56.340.421	30.288.349	74.966.886	56.340.421	
159.891.721	85.700.274	47.613.020	159.774.752	82.392.000	47.613.020	
98.180.710	138.175.300	115.187.805	98.180.710	138.175.299	115.187.805	
25.434.256	1.306.028	4.804.992	25.434.255	1.317.508	4.804.992	
-	-	8.832	-	-	8.832	
599.836	149.223	2.080.365	599.836	149.223	2.080.365	
32.291	1.156.805	2.715.795	32.291	1.168.285	2.715.795	
24.802.129	-	-	24.802.129	-	-	
-	-	34.377	-	-	384.653	
5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	
5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	5.147.168	
15 5.648.033	9.835.462	10.798.884	8.167.687	12.592.620	13.037.485	
-	-	-	-	-	215.655	
16 16.425.821	21.177.562	51.817.706	33.513.655	33.231.902	74.722.089	
Não circulante	77.341.766	161.220.889	146.710.650	131.321.298	217.258.274	199.548.710
14 3.956.706	30.802.156	22.842.366	3.956.706	30.802.155	22.842.366	
499.732	455.038	477.163	499.732	455.037	477.163	
3.456.974	30.347.118	22.365.203	3.456.974	30.347.118	22.365.203	
52.978.462	102.193.497	98.571.002	56.835.888	105.182.400	102.065.635	
10 -	1.523.251	1.089.298	212.450	1.666.138	1.148.002	
17 52.978.462	100.670.246	97.481.704	56.623.438	103.516.262	100.917.633	
15 3.275.029	4.227.035	5.009.885	3.275.029	4.227.035	5.009.885	
3.275.029	4.227.035	5.009.885	3.275.029	4.227.035	5.009.885	
-	-	-	-	-	-	
16 17.131.569	23.998.201	20.287.397	67.253.675	77.046.684	69.630.824	
Patrimônio líquido	444.062.066	380.600.596	225.956.249	444.062.066	380.600.596	225.956.249
18 729.848.766	510.848.766	430.348.766	729.848.766	510.848.766	430.348.766	
-	149.000.000	16.500.000	-	149.000.000	16.500.000	
Reservas:	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863
2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863	
(288.706.563)	(282.168.033)	(223.812.380)	(288.706.563)	(282.168.033)	(223.812.380)	
Total do passivo e patrimônio líquido	872.750.752	903.214.889	677.477.071	946.220.802	970.766.977	756.024.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em Reais – R\$)



Notas	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	987.087.714	1.013.172.660	985.431.065	1.015.149.484
Receitas com operações de assistência à saúde	1.003.863.785	1.037.770.265	1.002.207.136	1.036.059.603
Contraprestações líquidas	998.242.930	1.043.413.831	996.586.281	1.041.703.169
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	5.620.855	(5.643.566)	5.620.855	(5.643.566)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(16.776.071)	(24.597.605)	(16.776.071)	(20.910.119)
Eventos indenizáveis líquidos	(853.542.498)	(872.255.927)	(870.460.424)	(817.361.203)
Eventos conhecidos ou avisados	(893.537.088)	(849.268.433)	(910.455.013)	(794.373.709)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	39.994.590	(22.987.494)	39.994.590	(22.987.494)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	133.545.216	140.916.733	114.970.641	197.788.281
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	85.608	2.367.003	85.608	2.367.004
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	30.396.361	10.124.126	85.223.090	83.661.352
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	30.396.007	9.182.738	86.094.206	76.616.562
Outras receitas operacionais	354	941.388	(871.117)	7.044.790
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(1.400.278)	-	(12.194.139)	(13.120.834)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(41.619.150)	(59.225.103)	(56.975.667)	(59.224.959)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(3.074.807)	(19.221.740)	(18.431.324)	(19.221.596)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	-	(1.204.295)	-	(1.204.295)
Provisão para perdas sobre créditos	(38.544.343)	(38.799.068)	(38.544.343)	(38.799.068)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde				
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(21.143.203)	(4.352.360)	(60.814.086)	(170.421.485)
Resultado bruto	99.864.554	89.830.399	70.295.447	41.049.359
Despesas de comercialização	(54.875.932)	(61.333.531)	(55.426.148)	(61.333.531)
Despesas administrativas	(74.044.582)	(93.259.491)	(83.991.440)	(92.490.275)
Resultado financeiro líquido	50.667.727	32.965.271	47.265.162	28.057.104
Receitas financeiras	76.859.133	42.800.556	78.652.771	44.426.867
Despesas financeiras	(26.191.407)	(9.835.285)	(31.387.610)	(16.369.763)
Resultado patrimonial	(31.755.343)	(26.849.348)	(3.651.222)	22.388.522
Receita patrimonial	33.066.668	27.445.391	33.066.668	26.203.020
Despesa patrimonial	(64.822.011)	(54.294.739)	(36.717.890)	(3.814.498)
Resultado antes dos impostos e participações	(10.143.577)	(58.646.700)	(25.508.201)	(62.328.821)
Imposto de renda	(2.110.197)	(1.765.211)	(2.110.197)	(1.641.460)
Contribuição social	(768.311)	(644.116)	(768.311)	(590.926)
Impostos diferidos	6.483.554	3.234.061	21.848.179	7.727.051
Resultado líquido	(6.538.531)	(57.821.966)	(6.538.531)	(56.834.156)
Atribuível aos acionistas:				
Controladores	(6.538.531)	(57.821.966)	(6.538.531)	(57.821.966)
Não controladores	-	-	-	987.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em Reais – R\$)



	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Resultado líquido do exercício	(6.538.531)	(57.821.966)	(6.538.531)	(56.834.156)
Resultado abrangente do exercício	(6.538.531)	(57.821.966)	(6.538.531)	(56.834.156)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em Reais – R\$)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	430.348.766	16.500.000	2.919.863	(223.812.380)	225.956.249
Aumento de capital	80.500.000	-	-	-	80.500.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	132.500.000	-	-	132.500.000
Resultado líquido	-	-	-	(57.821.966)	(57.821.966)
Alteração de participação societária de controladas	-	-	-	(533.686)	(533.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	510.848.766	149.000.000	2.919.863	(282.168.032)	380.600.596
Aumento de capital	219.000.000	(149.000.000)	-	-	70.000.000
Resultado líquido	-	-	-	(6.538.531)	(6.538.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	729.848.766	-	2.919.863	(288.706.563)	444.062.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de planos de saúde	1.188.601.368	1.129.110.680	1.188.601.368	1.129.110.680
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.374.254.013	29.107.201	1.374.254.013	86.115.309
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	15.403.344	11.308.789	15.611.616	11.310.025
(+) Outros recebimentos operacionais	14.337.837	2.416.438	147.525.452	171.661.217
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(916.857.116)	(893.123.235)	(916.857.116)	(893.123.235)
(-) Pagamento de comissões	(46.343.587)	(45.671.502)	(46.343.587)	(45.671.502)
(-) Pagamento de pessoal	(47.566.091)	(50.287.005)	(47.566.091)	(71.168.99)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(57.726.300)	-	(57.726.300)	(3.620.476)
(-) Pagamento de tributos	(66.623.676)	(67.099.989)	(72.120.646)	(84.879.033)
(-) Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(30.331.612)	(35.298.375)	(30.331.612)	(35.273.482)
(-) Pagamento de aluguel	(8.866.338)	-	(8.866.338)	-
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(73.495)	-	(73.495)	-
(-) Aplicações financeiras	(1.429.523.507)	(128.635.652)	(1.429.523.507)	(184.376.692)
(-) Outros pagamentos operacionais	(28.127.515)	(74.120.366)	(174.931.056)	(265.326.221)
Caixa líquido de atividades operacionais	(39.442.675)	(122.292.716)	(58.347.299)	(185.241.508)
Atividades de investimentos				
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	65.002.418	18.410.838	83.802.418	18.410.838
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado – hospitalar	(143.793)	-	(3.227.970)	-
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(75.060)	(24.008.247)	(75.060)	(24.030.917)
(-) Pagamento relativo ao ativo intangível	(507)	-	(507)	-
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(54.157)	(54.300.000)	(54.157)	(54.300.000)
Caixa líquido de atividades de investimentos	64.728.901	(59.897.409)	80.444.724	(59.920.079)
Atividades de financiamentos				
(+) Integralização de capital em dinheiro	-	213.000.000	-	278.500.000
(+) Recebimento – Empréstimos/financiamentos	-	24.000.000	25.000.000	24.000.000
(+) Outros recebimentos das atividades de financiamentos	25.000.000	-	-	(50.218)
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(51.021.335)	(48.000.000)	(51.021.333)	(48.000.000)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(26.021.335)	189.000.000	(26.021.333)	254.449.782
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(735.109)	6.809.875	(3.923.908)	9.288.195
Caixa – saldo inicial	13.143.740	6.333.865	16.813.371	7.525.176
Caixa – saldo final	12.408.631	13.143.740	12.889.463	16.813.371
Ativos livres no início do exercício	50.896	6.380.477	50.896	7.571.788
Ativos livres no final do exercício	55.123	13.194.851	55.123	13.041.746
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras – recursos livres	4.227	6.814.374	4.227	5.469.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional

A Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. é uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 6º andar, conjunto 61, sala 2, CEP: 01311-100, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência à saúde, coletivos e individuais familiares, e a prestação de serviços médicos, ambulatoriais, clínicos, hospitalares e terapêuticos e a prestação de serviços de diagnóstico aos beneficiários dos referidos planos de saúde.

A Companhia é controladora direta da Lifecenter Sistema de Saúde S.A., entidade de capital fechado e não regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e tem por objeto social a exploração de serviços médicos hospitalares, um centro educacional e a participação em sociedades que tenham objetos com ela a fins ou relacionados.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de Ações	(%) Participação
NotreDame Intermédica Minas Gerais Ltda.	781.296.230	99,96%
Não controlador	296.968	0,04%
	781.593.198	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2025.

2. Outros assuntos

2.1 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.



O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Não houve qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

2.3 Adesão ao acordo para liquidação parcial de tributos e multas

A Companhia aderiu a acordo de liquidação parcial de valores relacionados ao ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) e multas impostas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a operadoras de saúde controladas da Companhia (Acordo). As condições propostas pelo Acordo, intermediado pela AGU (Advocacia-Geral da União), viabilizaram considerável redução dos valores em discussão, eliminando incertezas e liberando esforços da administração para a gestão do negócio.

O montante original do passivo negociado foi de R\$ 1.670.571, o qual, após desconto, remanesceu em R\$ 927.002, com um efeito positivo no resultado no montante de R\$ 6.144,

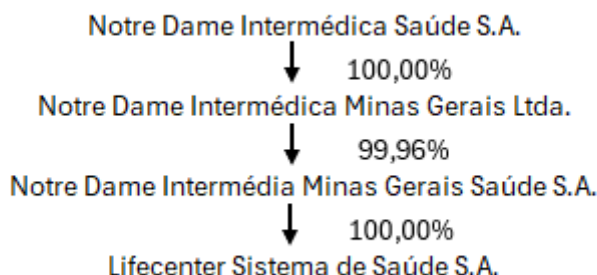


composto por um resultado operacional de R\$ (67.510) e um resultado financeiro de R\$ 73.654. Para fazer frente ao referido passivo negociado, foram utilizados depósitos judiciais no montante de R\$ 913.534.

A adesão ao Acordo implicará, além da liberação dos depósitos judiciais, em pagamento adicional de R\$ 13.469 à Secretaria da Receita Federal.

3. Entidades controladas

A Companhia encerrou o 31 de dezembro de 2024 com a seguinte estrutura societária:



4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa – RN nº 528, de 29 de abril de 2022.

A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 06** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 10** – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos.
- **Nota explicativa nº 16** – Arrendamentos a pagar e *Sale&Leaseback*. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendamento é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. *Sale&Leaseback*: a determinação de ganho e perda na operação, baseado no valor justo dos ativos vendidos.
- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para ações judiciais. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista,



tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 06** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 07** – Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período.
- **Nota explicativa nº 10** – Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 13** – Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro.
- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:



- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período/exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16** – Arrendamentos a pagar

4.4 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios

4.5 Principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

4.5.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder de exercício em relação à investida.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem todas as controladas diretas e indiretas da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda



de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações em intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.5.2 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN nº 528/2022.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 14, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

(iii) Receitas de contraprestações

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.



(iv) *Reconhecimento dos custos dos serviços prestados*

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

4.5.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.5.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

4.5.5 Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil (anos)	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50	2%
Veículos	1 a 10	17%
Instalações	5 a 10	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25	14%
Móveis e utensílios	1 a 15	10%
Equipamentos de computação	1 a 15	25%



A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.5.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	Vida útil
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.5.7 Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de



comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento foi realizado.

4.5.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem



designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.



Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.5.9 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões.

Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Companhia



e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas.

A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker* (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade.

4.5.10 Disponível

O Disponível inclui saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidados, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas.

4.5.11 Perda de recuperabilidade sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa – RN 528/22.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

4.5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4.5.13 Investimentos – controladas

A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.



As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

4.5.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.



4.5.15 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para ações judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

- a) *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021):* é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.



- b) *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde):* é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.
- c) *Provisão para eventos a liquidar:* é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.
- d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 574/2023 e RN 528/2022):* é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
- e) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS):* é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.
- f) *Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 574/2023):* é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- g) *Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)):* para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 574, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

4.5.16 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.



O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.5.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e seu estatuto social.



A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4.5.18 Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

4.5.19 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS.

CPC 50 – Contratos de seguros

Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na “verticalização” de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

4.5.20 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 2024, a Companhia e suas controladas identificaram ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no reconhecimento de ativos, passivos e transações contábeis que impactaram o lucro líquido de 2023. As referidas correções afetaram o ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, patrimônio líquido, resultado bruto, despesas administrativas, resultado financeiro, impostos diferidos e resultado líquido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.



Os efeitos da reapresentação, bem como a natureza dos ajustes, são demonstrados a seguir:

- Decorrente de efeitos de atualização monetária, ativa e passiva, sobre saldos de depósitos judiciais, obrigações contratuais, provisões técnicas e provisões para contingências.
- Refere-se a regularização de saldo contábil de depósitos e bloqueios judiciais liberados anteriormente, porém sem a baixa contábil correspondente.
- Refere-se a regularização de saldos ativos e passivos para os quais não há expectativa de realização.
- Refere-se ao resultado de equivalência sobre os ajustes de resultado.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (controladora e consolidado)

	Controladora	
	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
	Ajustes	
Ativo		
Circulante	377.786.160	377.786.160
Disponível	13.143.740	13.143.740
Realizável	364.642.420	364.642.420
Aplicações financeiras	295.736.584	295.736.584
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	295.685.688	295.685.688
Aplicações livres	50.896	50.896
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	27.905.358	27.905.358
Contraprestações pecuniárias a receber	23.177.086	23.177.086
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	4.728.272	4.728.272
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	442.415	442.415
Despesas de comercialização	5.331.421	5.331.421
Créditos tributários e previdenciários	26.269.228	26.269.228
Bens e títulos a receber	8.957.414	8.957.414
Despesas antecipadas	-	-
	515.538.323	525.428.729
Não circulante	9.890.406,39	9.890.406,39
Realizável a longo prazo	299.007.707	308.898.113
Aplicações financeiras	215	215
Aplicações livres	215	215
Títulos e créditos a receber	1.999.810	1.999.810
Despesas de comercialização diferidas	-	-
Ativo fiscal diferido	59.681.168	61.738.558
Depósitos judiciais e fiscais	81.596.300	109.070.875
Outros créditos a receber a longo prazo	155.730.214	136.088.655
	80.628.753	80.628.753
Investimentos	77.755.585	77.755.585
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	77.755.585	77.755.585
Participações societárias em rede assistencial	-	-
Participações societárias em outras sociedades	-	-
Outros investimentos	2.873.168	2.873.168
	134.920.436	134.920.436
Imobilizado	18.491.283	18.491.283
Imóveis de uso próprio	-	-
Imóveis – hospitalares/odontológicos	18.491.283	18.491.283
Imóveis – não hospitalares/odontológicos	69.166.350	69.166.350
Imobilizado de uso próprio	54.038.787	54.038.787
Imobilizado – hospitalares/odontológicos	15.127.563	15.127.563
Imobilizado – não hospitalares/odontológicos	19.623.794	19.623.794
Imobilizações em curso	-	-
Outras imobilizações	27.639.009	27.639.009
Direito de uso de arrendamento	981.427	981.427
Intangível	-	-
Total do ativo	893.324.483	903.214.889

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.**(Valores em Reais – R\$)*

	31 de dezembro de 2023		Ajustes	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
	(Publicado)			
Passivo				
Circulante	361.393.404	-		361.393.404
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	323.927.184	-		323.927.184
Provisão de contraprestações	25.084.724	-		25.084.724
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	19.388.362	-		19.388.362
Provisão de Insuficiência de Prêmios	5.669.481	-		5.669.481
Provisão para emissão	26.881	-		26.881
Provisão de eventos a liquidar para SUS	74.966.886	-		74.966.886
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	85.700.274	-		85.700.274
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	138.175.300	-		138.175.300
Débitos de operações de assistência à saúde	1.306.028	-		1.306.028
Contraprestações/prêmios a restituir	-	-		-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	149.223	-		149.223
Comercialização sobre operações	1.156.805	-		1.156.805
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-		-
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	-	-		-
Provisões	5.147.168	-		5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	-		5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	9.835.462	-		9.835.462
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-		-
Débitos diversos	21.177.562	-		21.177.562
	-	-		-
Não circulante	156.672.064	4.548.824,93		161.220.889
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	27.776.582	3.025.573,93		30.802.156
Provisão para remissão	455.038	-		455.038
Provisão de eventos a liquidar para SUS	27.321.544	3.025.573,93 (a)/(b)/(c)		30.347.118
Provisões	100.670.246	1.523.251,00		102.193.497
Provisões para tributos diferidos	-	1.523.251,00 (d)		1.523.251
Provisões para ações judiciais	100.670.246	-		100.670.246
Tributos e encargos sociais a recolher	4.227.035	-		4.227.035
Parcelamento de tributos e contribuições	4.227.035	-		4.227.035
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-		-
Débitos diversos	23.998.201	-		23.998.201
	-	-		-
Patrimônio líquido	375.259.015	5.341.581,46		380.600.596
Capital Social	510.848.766	-		510.848.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	149.000.000	-		149.000.000
Reservas:	2.919.863	-		2.919.863
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863	-		2.919.863
Prejuízos acumulados	(287.509.614)	5.341.581,46		(282.168.033)
	-	-		-
Total do passivo e patrimônio líquido	893.324.483	9.890.406,39		903.214.889

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.**(Valores em Reais – R\$)*

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
	(Publicado)	(Reapresentado)
Ativo		
Circulante	390.373.009	390.373.009
Disponível	16.813.371	16.813.371
Realizável	373.559.638	373.559.638
Aplicações financeiras	295.736.583	295.736.583
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	295.736.583	295.736.583
Aplicações livres	-	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	27.905.358	27.905.358
Contraprestações pecuniárias a receber	23.177.086	23.177.086
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	4.728.272	4.728.272
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	1.197.574	1.197.574
Despesas de comercialização	5.331.421	5.331.421
Créditos tributários e previdenciários	27.559.857	27.559.857
Bens e títulos a receber	15.828.845	15.828.845
Despesas antecipadas	-	-
Não circulante	570.503.562	580.393.968
Realizável a longo prazo	329.292.524	339.182.930
Aplicações financeiras	215	215
Aplicações livres	215	215
Títulos e créditos a receber	1.999.810	1.999.810
Despesas de comercialização diferidas	-	-
Ativo fiscal diferido	72.136.017	74.193.407
Depósitos judiciais e fiscais	84.012.613	111.487.188
Outros créditos a receber a longo prazo	171.143.869	151.502.310
	(19.641.558,63) (a)/(b)/(c)	
Investimentos	3.007.868	3.007.868
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	-	-
Participações societárias em rede assistencial	-	-
Participações societárias em outras sociedades	-	-
Outros investimentos	3.007.868	3.007.868
Imobilizado	236.963.004	236.963.004
Imóveis de uso próprio	50.045.335	50.045.335
Imóveis – hospitalares/odontológicos	35.862.294	35.862.294
Imóveis – não hospitalares/odontológicos	14.183.041	14.183.041
Imobilizado de uso próprio	32.579.933	32.579.933
Imobilizado – hospitalares/odontológicos	11.233.297	11.233.297
Imobilizado – não hospitalares/odontológicos	21.346.636	21.346.636
Imobilizações em curso	19.623.794	19.623.794
Outras imobilizações	134.713.942	134.713.942
Direito de uso de arrendamento	-	-
Intangível	1.240.166	1.240.166
Total do ativo	960.876.571	970.766.977

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais – R\$)

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
	(Publicado)	(Reapresentado)
Passivo		
Circulante	372.908.107	372.908.107
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	320.618.909	320.618.909
Provisão de contraprestações	25.084.724	25.084.724
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	19.388.362	19.388.362
Provisão de Insuficiência de Prêmios	5.669.481	5.669.481
Provisão para emissão	26.881	26.881
Provisão de eventos a liquidar para SUS	74.966.886	74.966.886
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	82.392.000	82.392.000
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	138.175.299	138.175.299
Débitos de operações de assistência à saúde	1.317.508	1.317.508
Contraprestações/prêmios a restituir	-	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	149.223	149.223
Comercialização sobre operações	1.168.285	1.168.285
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	-	-
Provisões	5.147.168	5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	12.592.620	12.592.620
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-
Débitos diversos	33.231.902	33.231.902
	-	-
Não circulante	212.709.449	212.258.274
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	27.776.581	30.802.155
Provisão para remissão	455.037	455.037
Provisão de eventos a liquidar para SUS	27.321.544	30.347.118 (a)/(b)/(c)
Provisões	103.659.149	105.182.400
Provisões para tributos diferidos	142.887	1.666.138 (d)
Provisões para ações judiciais	103.516.262	103.516.262
Tributos e encargos sociais a recolher	4.227.035	4.227.035
Parcelamento de tributos e contribuições	4.227.035	4.227.035
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-
Débitos diversos	77.046.684	77.046.684
	-	-
Patrimônio líquido	375.259.015	380.600.596
Capital Social	510.848.766	510.848.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	149.000.000	149.000.000
Reservas:	2.919.863	2.919.863
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863	2.919.863
Prejuízos acumulados	(287.509.614)	(282.168.033)
	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	960.876.571	970.766.977

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.**(Valores em Reais – R\$)***(i) Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2023 (controladora e consolidado)**

	31 de dezembro de 2023 (Publicado)	Ajustes	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	1.013.172.660	-	1.013.172.660
Receitas com operações de assistência à saúde	1.037.770.265	-	1.037.770.265
Contraprestações líquidas	1.043.413.831	-	1.043.413.831
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(5.643.566)	-	(5.643.566)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(24.597.605)	-	(24.597.605)
Eventos indenizáveis líquidos	(872.255.927)	-	(872.255.927)
Eventos conhecidos ou avisados	(849.268.433)	-	(849.268.433)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(22.987.494)	-	(22.987.494)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	140.916.733	-	140.916.733
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	2.367.003	-	2.367.003
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	10.124.126	-	10.124.126
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	9.182.738	-	9.182.738
Receitas com operações de assistência odontológica	-	-	-
Outras receitas operacionais	941.388	-	941.388
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	-	-
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(59.225.103)	-	(59.225.103)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(19.221.740)	-	(19.221.740)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(1.204.295)	-	(1.204.295)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	-	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	(38.799.068)	-	(38.799.068)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(4.352.360)	-	(4.352.360)
Resultado bruto	89.830.399	-	89.830.399
Despesas de comercialização	(61.333.531)	-	(61.333.531)
Despesas administrativas	(87.568.411)	(5.691.080,00) (a)/(b)/(c)	(93.259.491)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	37.254.520	5.546.036,00 (a)	42.800.556
Despesas financeiras	(7.535.285)	(2.300.000,00) (a)/(b)/(c)	(9.835.285)
	29.719.235	3.246.036,00	32.965.271
Resultado patrimonial			
Receita patrimonial	27.445.391	-	27.445.391
Despesa patrimonial	(54.294.739)	-	(54.294.739)
	(26.849.348)	-	(26.849.348)
Resultado antes dos impostos e participações	(56.201.656)	(2.445.044,00)	(58.646.700)
Imposto de renda	(1.765.211)	-	(1.765.211)
Contribuição social	(644.116)	-	(644.116)
Impostos diferidos	3.668.014	(433.953,00) (d)	3.234.061
	1.258.687	(433.953,00)	824.734
Resultado líquido	(54.942.969)	(2.878.997,00)	(57.821.966)

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais – R\$)



	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
	(Publicado)	(Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	1.015.149.484	1.015.149.484
Receitas com operações de assistência à saúde	1.036.059.603	1.036.059.603
Contraprestações líquidas	1.041.703.169	1.041.703.169
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(5.643.566)	(5.643.566)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(20.910.119)	(20.910.119)
Eventos indenizáveis líquidos	(817.361.203)	(817.361.203)
Eventos conhecidos ou avisados	(794.373.709)	(794.373.709)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(22.987.494)	(22.987.494)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	197.788.281	197.788.281
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	2.367.004	2.367.004
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	83.661.352	83.661.352
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	76.616.562	76.616.562
Receitas com operações de assistência odontológica	-	-
Outras receitas operacionais	7.044.790	7.044.790
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(13.120.834)	(13.120.834)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(59.224.959)	(59.224.959)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(19.221.596)	(19.221.596)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(1.204.295)	(1.204.295)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	(38.799.068)	(38.799.068)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(170.421.485)	(170.421.485)
Resultado bruto	41.049.359	41.049.359
Despesas de comercialização	(61.333.531)	(61.333.531)
Despesas administrativas	(86.799.195)	(5.691.080,00) (a)/(b)/(c) (92.490.275)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	38.880.831	5.546.036,00 (a) 44.426.867
Despesas financeiras	(14.069.763)	(2.300.000,00) (a)/(b)/(c) (16.369.763)
	24.811.068	3.246.036,00 28.057.104
Resultado patrimonial		
Receita patrimonial	26.203.020	- 26.203.020
Despesa patrimonial	(3.814.498)	- (3.814.498)
	22.388.522	- 22.388.522
Resultado antes dos impostos e participações	(59.883.777)	(2.445.044,00) (62.328.821)
Imposto de renda	(1.641.460)	- (1.641.460)
Contribuição social	(590.926)	- (590.926)
Impostos diferidos	8.161.004	(433.953,00) (d) 7.727.051
	5.928.618	(433.953,00) 5.494.665
Resultado líquido	(53.955.159)	(2.878.997,00) (56.834.156)
Atribuível aos acionistas		
Controladores	(54.942.969)	- (57.821.966)
Não controladores	987.810	987.810

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais – R\$)

(ii) Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2023 (controladora e consolidado)

	Controladora	
	01 de janeiro de 2023 (Publicado)	01 de janeiro de 2023 (Reapresentado)
	Ajustes	
Ativo		
Circulante	288.412.074	288.412.074
Disponível	6.333.865	6.333.865
Realizável	282.078.209	282.078.209
Aplicações financeiras	182.777.636	182.777.636
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	182.731.024	182.731.024
Aplicações livres	46.612	46.612
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	55.688.986	55.688.986
Contraprestações pecuniárias a receber	54.914.412	54.914.412
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	731.334	731.334
Operadoras de planos de assistência à saúde	34.413	34.413
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.827	8.827
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	2.436.749	2.436.749
Despesas de comercialização	13.501.125	13.501.125
Créditos tributários e previdenciários	16.920.084	16.920.084
Bens e títulos a receber	10.682.713	10.682.713
Despesas antecipadas	70.916	70.916
Não circulante	376.729.546	389.064.997
Realizável a longo prazo	212.771.378	225.106.829
Aplicações financeiras	-	-
Aplicações livres	-	-
Títulos e créditos a receber	193.933	193.933
Despesas de comercialização diferidas	-	-
Ativo fiscal diferido	56.013.154	58.070.544
Depósitos judiciais e fiscais	63.268.220	85.228.529
Outros créditos a receber a longo prazo	93.296.071	81.613.823
Investimentos	64.839.130	64.839.130
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	61.965.962	61.965.962
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	-	-
Participações societárias em rede assistencial	61.965.962	61.965.962
Participações societárias em outras sociedades	-	-
Outros investimentos	2.873.168	2.873.168
Imobilizado	98.442.341	98.442.341
Imóveis de uso próprio	16.963.245	16.963.245
Imóveis – hospitalares/odontológicos	372.731	372.731
Imóveis – não hospitalares/odontológicos	16.590.514	16.590.514
Imobilizado de uso próprio	17.343.836	17.343.836
Imobilizado – hospitalares/odontológicos	13.552.404	13.552.404
Imobilizado – não hospitalares/odontológicos	3.791.432	3.791.432
Imobilizações em curso	32.281.689	32.281.689
Outras imobilizações	12.469.626	12.469.626
Direito de uso de arrendamento	19.383.945	19.383.945
Intangível	676.697	676.697
Total do ativo	665.141.620	677.477.071

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.**(Valores em Reais – R\$)*

	Controladora	
	01 de janeiro de 2023	01 de janeiro de 2023
	(Publicado)	(Reapresentado)
Passivo		
Circulante	304.810.172	304.810.172
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	232.207.045	232.207.045
Provisão de contraprestações	13.065.799	13.065.799
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	13.035.129	13.035.129
Provisão de Insuficiência de Prêmios	-	-
Provisão para emissão	30.670	30.670
Provisão de eventos a liquidar para SUS	56.340.421	56.340.421
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	47.613.020	47.613.020
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	115.187.805	115.187.805
Débitos de operações de assistência à saúde	4.804.992	4.804.992
Contraprestações/prêmios a restituir	8.832	8.832
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	2.080.365	2.080.365
Comercialização sobre operações	2.715.795	2.715.795
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	34.377	34.377
Provisões	5.147.168	5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	10.798.884	10.798.884
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-
Débitos diversos	51.817.706	51.817.706
	-	-
Não circulante	142.595.778	146.710.650
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19.816.792	22.842.366
Provisão para remissão	477.163	477.163
Provisão de eventos a liquidar para SUS	19.339.629	3.025.573,93 (a)/(b)/(c) 22.365.203
Provisões	97.481.704	1.089.298,00
Provisões para tributos diferidos	-	1.089.298,00 (d) 1.089.298
Provisões para ações judiciais	97.481.704	97.481.704
Tributos e encargos sociais a recolher	5.009.885	5.009.885
Parcelamento de tributos e contribuições	5.009.885	5.009.885
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-
Débitos diversos	20.287.397	20.287.397
	-	-
Patrimônio líquido	217.735.670	225.956.249
Capital Social	430.348.766	430.348.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	16.500.000	16.500.000
Reservas:	2.919.863	2.919.863
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863	2.919.863
Prejuízos acumulados	(232.032.959)	8.220.579,28 (223.812.380)
	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	665.141.620	12.335.451,21
		677.477.071

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.**(Valores em Reais – R\$)*

	Consolidado	
	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2023	de 2023
	(Publicado)	(Reapresentado)
Ativo		
Circulante	307.011.767	307.011.767
Disponível	7.671.164	7.671.164
Realizável	299.340.603	299.340.603
Aplicações financeiras	182.777.636	182.777.636
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	182.731.024	182.731.024
Aplicações livres	46.612	46.612
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	55.688.986	55.688.986
Contraprestações pecuniárias a receber	54.914.412	54.914.412
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	731.334	731.334
Operadoras de planos de assistência à saúde	34.413	34.413
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.827	8.827
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	10.042.445	10.042.445
Despesas de comercialização	13.501.125	13.501.125
Créditos tributários e previdenciários	17.879.017	17.879.017
Bens e títulos a receber	19.356.743	19.356.743
Despesas antecipadas	94.651	94.651
Não circulante	436.676.828	449.012.279
Realizável a longo prazo	231.689.640	244.025.091
Aplicações financeiras	-	-
Aplicações livres	-	-
Títulos e créditos a receber	193.933	193.933
Despesas de comercialização diferidas	-	-
Ativo fiscal diferido	63.926.322	65.983.712
Depósitos judiciais e fiscais	64.659.591	86.619.900
Outros créditos a receber a longo prazo	102.909.794	91.227.546
Investimentos	3.007.868	3.007.868
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Participações societárias em operadoras de plano de assistência à saúde	-	-
Participações societárias em rede assistencial	-	-
Participações societárias em outras sociedades	-	-
Outros investimentos	3.007.868	3.007.868
Imobilizado	200.823.577	200.823.577
Imóveis de uso próprio	51.339.623	51.339.623
Imóveis – hospitalares/odontológicos	34.749.109	34.749.109
Imóveis – não hospitalares/odontológicos	16.590.514	16.590.514
Imobilizado de uso próprio	28.509.196	28.509.196
Imobilizado – hospitalares/odontológicos	24.435.592	24.435.592
Imobilizado – não hospitalares/odontológicos	4.073.604	4.073.604
Imobilizações em curso	32.397.962	32.397.962
Outras imobilizações	88.576.796	88.576.796
Direito de uso de arrendamento	-	-
Intangível	1.155.743	1.155.743
Total do ativo	743.688.595	756.024.046

	Consolidado		
	31 de dezembro	Ajustes	31 de dezembro
	de 2023		de 2023
	(Publicado)		(Reapresentado)
Passivo			
Circulante	330.519.087	-	330.519.087
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	232.207.045	-	232.207.045
Provisão de contraprestações	13.065.799	-	13.065.799
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	13.035.129	-	13.035.129
Provisão de Insuficiência de Prêmios	-	-	-
Provisão para emissão	30.670	-	30.670
Provisão de eventos a liquidar para SUS	56.340.421	-	56.340.421
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	47.613.020	-	47.613.020
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	115.187.805	-	115.187.805
Débitos de operações de assistência à saúde	4.804.992	-	4.804.992
Contraprestações/prêmios a restituir	8.832	-	8.832
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	2.080.365	-	2.080.365
Comercialização sobre operações	2.715.795	-	2.715.795
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	-	-
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	384.653	-	384.653
Provisões	5.147.168	-	5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.147.168	-	5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	13.037.485	-	13.037.485
Empréstimos e financiamentos a pagar	215.655	-	215.655
Débitos diversos	74.722.089	-	74.722.089
	-	-	-
Não circulante	195.433.838	4.114.871,93	199.548.710
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19.816.792	3.025.573,93	22.842.366
Provisão para remissão	477.163	-	477.163
Provisão de eventos a liquidar para SUS	19.339.629	3.025.573,93 (a)/(b)/(c)	22.365.203
Provisões	100.976.337	1.089.298,00	102.065.635
Provisões para tributos diferidos	58.704	1.089.298,00 (d)	1.148.002
Provisões para ações judiciais	100.917.633	-	100.917.633
Tributos e encargos sociais a recolher	5.009.885	-	5.009.885
Parcelamento de tributos e contribuições	5.009.885	-	5.009.885
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-	-
Débitos diversos	69.630.824	-	69.630.824
	-	-	-
Patrimônio líquido	217.735.670	8.220.579	225.956.249
Capital Social	430.348.766	-	430.348.766
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	16.500.000	-	16.500.000
Reservas:	2.919.863	-	2.919.863
Reserva de capital/reservas patrimoniais	2.919.863	-	2.919.863
Prejuízos acumulados	(232.032.959)	8.220.579,28	(223.812.380)
	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	743.688.595	12.335.451,21	756.024.046

5. Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	Remuneração média mensal	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			31 de dezembro de	
			2024	2023
Fundos de investimentos (i)				
Renda fixa – ativos garantidores	118,95% CDI	Sem Vencimento	366.050.399	295.685.688
Renda fixa – não exclusivos	105,81% CDI	Sem Vencimento	55.123	51.111
			366.105.522	295.736.799
Circulante			366.105.290	295.736.584
Não circulante			232	215

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Companhia contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

a) Movimento das aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	295.736.799,00	182.777.636,00
Aplicações	384.827.287	310.753.258
Resgates	(341.442.335)	(223.976.249)
Resultado financeiro	26.983.771	26.182.154
Saldo no final do exercício	366.105.522	295.736.799

6. Contraprestações Pecuniárias a Receber

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Contraprestação pecuniárias a receber - individual	6.044.534	7.023.963
Contraprestação pecuniárias a receber - coletivo	55.473.160	38.741.944
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – individual	30.789	6.011.626
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – coletivo	10.301.373	-
Subtotal	71.849.856	51.777.533
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(48.786.066)	(23.872.175)
Total	23.063.790	27.905.358

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de					
	2024			2023		
	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido
A vencer:						
De 1 a 30 dias	15.189.286	(2.705.830)	12.483.456	15.501.060	(907.861)	14.593.199
Acima de 30 dias	5.888	(5.888)	-	35.707	(27.464)	8.243
Subtotal	15.195.174	(2.711.718,00)	12.483.456,00	15.536.767	(935.325)	14.601.442
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	13.188.670	(4.268.207,00)	8.920.463,00	16.720.794	(6.898.734)	9.822.060
De 30 a 90 dias	10.787.292	(8.972.985,00)	1.814.307,00	8.811.912	(5.330.056)	3.481.856
Acima de 90 dias	32.678.720	(32.833.156,00)	(154.436,00)	10.708.060	(10.708.060)	-
Subtotal	56.654.682	(46.074.348,00)	10.580.334,00	36.240.766	(22.936.850)	13.303.916
Total	71.849.856	(48.786.066,00)	23.063.790,00	51.777.533	(23.872.175)	27.905.358

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	27.905.359	55.688.990
Contraprestações líquidas	1.208.144.731	1.145.827.891
Individual	178.959.076	187.131.646
Coletivo	1.028.135.281	968.979.730
(-) Corresponsabilidade Cedida	-	(13.149.314)
(-) Corresponsabilidade Assumida	1.050.374	2.865.829
Recebimentos	(1.174.441.959)	(1.099.614.995)
Constituição de perda de recuperabilidade s/ créditos	(24.913.891)	(3.601.608)
Perda efetiva com créditos	(13.630.450)	(70.394.920)
Saldo no final do exercício	23.063.790	27.905.358

Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(23.872.174)	(20.533.566)
Reclassificação	-	263.000
Constituições	(501.761.890)	(3.601.609)
Reversões	476.847.999	-
Saldo no final do exercício	(48.786.066)	(23.872.175)

7. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	5.331.421	13.501.125
Constituições	4.142.670	14.121.192
(-) Amortização	(6.568.436)	(22.290.896)
Saldo final do exercício	2.905.655	5.331.421

8. Créditos tributários e previdenciários

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda (IR) (i)	29.337.013	17.220.162	33.842.874	17.703.480
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) (i)	7.252.382	3.369.307	9.044.900	3.699.468
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	-	4.574.529	345.742	4.787.179
Crédito de previdência social	5.934	-	15.192	-
Crédito de PIS e COFINS	1.007.810	1.104.895	1.011.830	1.175.563
Crédito de Imposto sobre Serviço (ISS)	15.339	335	86.448	194.167
Total	37.618.478	26.269.228	44.346.986	27.559.857

- (i) A Companhia adota como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, e efetua o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizará o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.

9. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Estoques (a)	6.141.197	4.851.704	10.597.203	8.258.261
Adiantamento a funcionários	3.488.496	1.681.561	3.604.050	2.331.030
Adiantamento de comissões	-	25.019	-	25.019
Adiantamento a fornecedores	-	1.907.841	-	4.209.645
Outros títulos a receber	(5.028.064)	491.289	1.609.890	1.004.890
Total	4.601.629	8.957.414	15.811.143	15.828.845

(a) Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Material cirúrgico	1.830.404	1.795.593	4.057.533	3.046.305
Medicamentos	2.876.917	2.416.180	4.009.829	3.982.259
Material de escritório	243.534	355.010	431.099	710.065
Material de consumo	54.538	-	95.282	-
Material de limpeza	179.156	229.451	351.668	376.513
Material de laboratório	20.640	8.462	36.676	19.973
Outros	997.719	47.008	1.745.996	127.497
(-) Compensação	(61.711)	-	(130.880)	(4.351)
Total	6.141.197	4.851.704	10.597.203	8.258.261

10. Ativo fiscal diferido

	Controladora		
	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias			
Provisões para ações judiciais	4.841.349	1.777.810	6.619.159
Perda de recuperabilidade sobre créditos	10.614.571	12.951.282	23.565.853
Provisão de eventos do SUS	17.630.365	(6.758.945)	10.871.420
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2) / IFRS16	(931.064)	80.903	(850.161)
Provisão infrações ANS	(163.941)	2.037.188	1.873.247
Outras adições	(3.989.508)	(2.360.752)	(6.350.260)
Prejuízo fiscal/base negativa	32.213.536	(1.243.932)	30.969.604
Imposto diferido ativo	60.215.307	6.483.554	66.698.861

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias			
Provisões para ações judiciais	4.944.969	2.913.482	7.858.451
Perda de recuperabilidade sobre créditos	21.080.070	25.747.431	46.827.501
Provisão de eventos do SUS	17.630.365	(6.758.945)	10.871.420
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2) / IFRS16	1.832.509	1.625.790	3.458.299
Provisão infrações ANS	(163.941)	2.037.188	1.873.247
Outras adições	(4.867.351)	(2.403.272)	(7.270.623)
Prejuízo fiscal/base negativa	32.213.536	(1.243.932)	30.969.604
Imposto diferido ativo	72.670.157	21.917.743	94.587.900
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:			
Correção monetária de depósito judiciais	(142.887)	(69.564)	(212.450)
Imposto diferido passivo	(142.887)	(69.564)	(212.450)
Total do imposto diferido líquido	72.527.270	21.848.179	94.375.449

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente.

Os tributos incidentes sobre o (prejuízo)/lucro do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Resultado antes dos impostos	(10.143.577)	(58.646.700)	(25.508.201)	(62.328.821)
À alíquota fiscal de 34%	3.448.816	19.939.878	8.672.788	21.191.799
Equivalência patrimonial	(10.700.477)	(16.720.250)	-	-
Despesas indedutíveis	(490.829)	(3.143.281)	(807.879)	(4.624.351)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto Diferido	-	-	(493.557)	(11.279.146)
Outras exclusões (adições) permanentes	11.347.536	748.387	11.598.318	206.363
Despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	3.605.046	824.734	18.969.670	5.494.665
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	3.605.046	(2.409.327)	(2.878.508)	(2.232.386)
Crédito/(despesa) de imposto de renda e contribuição social – diferido	6.483.554	3.234.061	21.848.179	7.727.051
Alíquota efetiva	-36%	-1%	-74%	-9%

11. Outros créditos a receber de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentação)		(Reapresentação)
Partes relacionadas (i)	102.057.214	137.889.173	102.057.214	152.828.630
Outros créditos (ii)	15.166.220	6.158.793	6.373.100	6.632.991
	117.223.434	144.047.966	108.430.314	151.502.310

(i) Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a receber.

(ii) Provisão de valores a receber correspondentes à processo transitado em julgado com êxito no recebimento relativos à Taxa de saúde Suplementar e Ressarcimento ao SUS e contraprestações a receber em fase de execução judicial.

12. Investimentos**(i) Composição - investimento em controladas**

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Participações em outras sociedades		
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	65.083.593	77.755.585
Subtotal	65.083.593	77.755.585
Outros investimentos		
Imóveis destinados à renda	2.873.168	2.873.168
Subtotal	2.873.168	2.873.168
Total	67.956.761	80.628.753

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais – R\$)

A movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

b) Movimentação do investimento

	Hospital Varginha S.A.	Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.521.496	60.444.466	61.965.962
Aumento de capital	-	13.500.000	13.500.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	52.000.000	52.000.000
Alteração na participação societária de controladas	(533.170)	-	(533.170)
	988.326	125.944.466	126.932.792
Equivalência patrimonial	(988.326)	(48.188.881)	(49.177.207)
Equivalência patrimonial do exercício	(988.326)	(48.188.881)	(49.177.207)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	77.755.585	77.755.585
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	18.800.000	18.800.000
	-	96.555.585	96.555.585
Equivalência patrimonial	-	(31.471.992)	(31.471.992)
Equivalência patrimonial do exercício	-	(31.471.992)	(31.471.99)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	65.083.593	65.083.593

c) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas estão apresentadas a seguir:

	Participação societária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Outras sociedades					
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	100,00%	137.463.454	111.637.279	25.826.176	(14.528.083)



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais – R\$)

**13. Imobilizado**

Conroladora

	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2023	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferências	Remensuração	31 de dezembro de 2024
Direito de uso	8,60%	27.639.009	880.313	(6.870)	(5.460.063)	-	2.537.452	25.589.841
Terrenos	-	4.308.242	-	-	-	-	-	4.308.242
Imóveis	1,67%	14.183.041	-	(303.483)	(380.468)	-	-	13.499.090
Veículos	10,00%	104.571	-	-	(7.918)	-	-	96.653
Equipamento de informática	6,67%	1.007.180	290.693	-	(605.753)	5.743.557	-	6.435.677
Máquinas e equipamentos	3,57%	14.484.812	144.043	(485)	(2.352.772)	709.923	-	12.985.521
Móveis e utensílios	10,00%	2.615.999	13.546	-	(379.317)	154.314	-	2.404.542
Instalações	10,00%	50.953.788	83.526	-	(2.209.183)	14.141.780	-	62.969.911
Imobilizações em curso	-	19.623.794	3.337.843	-	-	(20.749.574)	-	2.212.063
Total		134.920.436	4.749.964	(310.838)	(11.395.474)	-	2.537.452	130.501.540

Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2023	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferências	Remensuração	31 de dezembro de 2024
Direito de uso	8,60%	74.362.793	880.313	(6.870)	(8.796.702)	-	4.076.673	70.516.207
Terrenos	-	4.308.242	-	-	-	-	-	4.308.242
Imóveis	1,67%	45.737.093	-	(303.483)	(1.793.336)	-	-	43.640.274
Veículos	10,00%	104.571	-	-	(7.918)	-	-	96.653
Equipamento de informática	6,67%	1.822.903	290.693	-	(1.171.087)	5.743.557	-	6.686.066
Máquinas e equipamentos	3,57%	23.820.856	1.350.850	(483)	(4.091.128)	844.303	-	21.924.398
Móveis e utensílios	10,00%	4.162.577	23.744	-	(533.470)	158.514	-	3.811.365
Instalações	10,00%	63.020.175	83.526	-	(2.723.207)	14.965.500	-	75.345.994
Imobilizações em curso	-	19.623.794	6.714.551	-	-	(21.711.874)	-	4.626.471
Total		236.963.004	9.343.677	(310.836)	(19.116.848)	-	4.076.673	230.955.670

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2024, não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas administrativas”, conforme nota explicativa 26, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do Grupo.

14. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023 (Reapresentado)	2024	2023 (Reapresentado)
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) (a)	10.300.050	19.388.362	10.300.050	19.388.362
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	159.891.721	85.700.276	159.774.752	82.392.000
Provisão de eventos a liquidar para SUS (c)	33.745.323	105.314.003	33.745.323	105.314.004
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (d)	98.180.710	138.175.300	98.180.710	138.175.299
Provisão de insuficiência de contraprestação (e)	-	5.669.481	-	5.669.481
Provisão para remissão (f)	530.544	481.918	530.544	481.918
	302.648.348	354.729.340	302.531.379	351.421.064
Circulante	298.691.642	323.927.184	298.574.673	320.618.909
Não circulante	3.956.706	30.802.156	3.956.706	30.802.155

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas Companhias e suas controladas para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Companhia e suas controladas, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Companhia e suas controladas, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Companhia e suas controladas (médicos auditores).
- (c) A Companhia e suas controladas registram nesta rubrica eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas aos SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 25 da ANS, de 29 de abril de 2022.
- (d) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA/PEONA-SUS) é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (e) Provisão para insuficiência de contraprestação (PIC) objetiva apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer.
- (f) Provisão para remissão consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.





	Controladora						
	PPCNG	Provisões de eventos a liquidar	Provisão de eventos a liquidar SUS	PEONA	PIC	Provisão para remissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	13.035.129	47.613.020	78.705.623	115.187.805	-	507.833	255.049.410
Constituições	6.353.233	46.205.000	27.514.350	22.987.495	5.669.481		108.729.559
Apropriações/Reversões			-			(25.915)	(25.915)
Atualizações monetárias			9.507.332				9.507.332
Pagamentos		(8.117.744)	(10.413.302)				(18.531.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	19.388.362	85.700.276	105.314.003	138.175.300	5.669.481	481.918	354.729.340
Constituições		1.220.382.932	15.558.135			-	1.235.941.067
Reversões/apropriações	(9.088.312)	(245.065.280)	(1.743.216)	(39.994.590)	(5.669.481)	48.626	(301.512.253)
Atualizações monetárias			(6.313.609)				(6.313.609)
Pagamentos		(901.126.207)	(79.069.990)				(980.196.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.300.050	159.891.721	33.745.323	98.180.710	-	530.544	302.648.348

15. Tributos e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre serviços (ISS)	-	157.677	-	478.403
Contribuição previdenciária	952.783	1.579.465	1.811.520	2.324.004
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	290.842	300.045	591.111	543.411
PIS e COFINS	1.804.223	4.329.314	2.401.170	5.155.496
Contribuições sindicais e assistenciais	-	-	-	49.078
Impostos devidos a recolher	3.047.848	6.366.501	4.803.801	8.550.392
Imposto de renda - funcionários	430.027	434.171	803.240	740.119
Imposto de renda - terceiros	550.867	579.335	579.514	629.399
Imposto sobre serviços	315.148	-	605.474	-
Contribuição previdenciária retida	100.241	228.294	171.756	302.466
Retenção PIS/COFINS/CSLL	-	1.063.589	-	1.206.673
Impostos retidos a recolher	1.396.283	2.305.389	2.159.984	2.878.657
Federal (ii)	4.401.762	5.244.139	4.401.762	5.244.139
Municipal (i)	77.169	146.468	77.169	146.467
Parcelamento impostos, multas e taxas	4.478.931	5.390.607	4.478.931	5.390.606
Total	8.923.062	14.062.497	11.442.716	16.819.655
Circulante	5.648.033	9.835.462	8.167.687	12.592.620
Não circulante	3.275.029	4.227.035	3.275.029	4.227.035

- (i) **Parcelamento de Impostos sobre Serviços:** A Lei nº 16.097/14, alterada pelo art. 4º da Lei nº 16.272/15 instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo. O PPI-2015 é um programa de parcelamento para os contribuintes que desejem regularizar os débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em relação a fatos geradores ocorridos até 31.12.2014; A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 18/06/2015 no qual o parcelamento foi firmado em 120 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.
- (ii) **Parcelamento de Tributos Federais:** Refere-se a tributos federais constituídos junto à Receita Federal do Brasil, parcelados conforme lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e consolidados conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.064, que trata dos procedimentos para consolidação de débitos pagos com prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL. A consolidação do parcelamento envolveu os débitos administrados pela RFB e pela PGFN concedendo o abatimento de montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL os quais puderam ser utilizados para liquidação de multas e juros moratórios. A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 25/08/2014 no qual o parcelamento foi firmado em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.

16. Débitos Diversos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações trabalhistas	5.201.684	8.612.379	9.832.035	14.815.583
Fornecedores (i)	4.160.775	3.680.522	9.125.823	5.818.908
Depósito de terceiros	-	878.869		878.869
Recebimento antecipado cliente	(421)	34.026	(48.865)	578.110
Débitos diversos	247.580	3.098.492	247.580	4.462.363
Contas a pagar - partes relacionadas	474.196	474.196	474.196	474.196
Taxa de Saúde Suplementar	355.706	336.330	355.706	336.330
Passivo de arrendamento (a)	23.089.366	24.900.586	80.687.673	79.752.524
Outros (ii)	28.504	3.160.363	93.182	3.161.703
	33.557.390	45.175.763	100.767.330	110.278.586
Circulante	16.425.821	21.177.562	33.513.655	33.231.902
Não Circulante	17.131.569	23.998.201	67.253.675	77.046.684

- (i) Representado principalmente por fornecimentos de serviços de manutenção, limpeza e materiais administrativos, bens, alimentação, utensílios.
- (ii) Provisão para compensação futura de títulos emitidos durante a integração de sistema ERP não passíveis de realização conforme apresentado na NE 23 de 2022.

a) Passivo de arrendamento

Movimento dos arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	24.900.586	21.840.146	79.752.524	72.786.666
Adições novos contratos	880.313	11.603.906	880.313	11.603.909
Remensuração /baixas de contratos	2.537.452	(3.040.094)	7.444.545	2.876.973
(-) Baixas	(7.984)	(478.408)	(7.984)	(478.408)
Juros incorridos	2.466.276	2.276.445	7.620.381	7.434.624
(-) Contraprestação paga	(7.687.277)	(7.301.409)	(15.002.106)	(14.471.240)
Saldo no final do exercício	23.089.366	24.900.586	80.687.673	79.752.524
Circulante	6.744.017	4.873.950	14.067.482	6.678.069
Não circulante	16.345.349	20.026.636	66.620.191	73.074.455

Maturidade dos contratos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
2025	6.744.018	12.630.661	14.067.482	25.542.690
2026	4.157.112	3.228.132	11.480.576	9.642.003
2027	2.877.095	2.377.842	9.984.954	9.296.398
2028	2.735.345	2.377.842	9.724.212	8.791.713
2029	2.492.837	2.377.842	9.481.704	8.791.713
Mais de 5 anos	54.758.762	52.836.991	120.570.596	114.243.645
Valores não descontados	73.765.169	75.829.310	175.309.524	176.308.162
Juros Embutidos	(50.675.803)	(50.928.724)	(94.621.851)	(96.555.638)
	23.089.366	24.900.586	80.687.673	79.752.524

17. Provisões para Ações Judiciais

A Companhia e suas controladoras são parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A entidade provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia e suas controladas:

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias (inclui ANS)	13.593.585	60.843.629	13.593.586	60.843.630
Trabalhistas	4.914.624	17.436.416	8.141.112	19.878.249
Cíveis	34.470.253	22.390.201	34.888.740	22.794.383
	52.978.462	100.670.246	56.623.438	103.516.262

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.431.216	14.247.137	67.803.351	97.481.704
Provisão/(Reversão)	511.586	1.625.221	139.173	2.275.980
Pagamentos	(3.316.575)	(321.115)	(1.094.876)	(4.732.566)
Atualização monetária	664.347	1.885.173	3.095.607	5.645.127
Transferência (i)	47.553.055	-	(47.553.055)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.843.629	17.436.416	22.390.201	100.670.245
Provisão/(Reversão)	20.424.136	(5.527.723)	10.966.581	25.862.994
Pagamentos	(34.981.083)	(847.111)	(8.077.721)	(43.905.915)
Compensação	(32.693.324)	(6.196.401)	7.612.394	(31.277.331)
Atualização monetária	227	49.443	1.578.798	1.628.468
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.593.585	4.914.624	34.470.253	52.978.461

	Consolidado			
	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.432.249	17.146.247	68.339.137	100.917.633
Provisão/(Reversão)	510.553	1.214.296	(18.040)	1.706.809
Pagamentos	(3.316.575)	(651.368)	(1.156.422)	(5.124.365)
Atualização monetária	664.347	2.169.074	3.182.764	6.016.185
Transferência (i)	47.553.056	-	(47.553.056)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.843.630	19.878.249	22.794.383	103.516.262
Provisão/(Reversão)	20.424.136	(2.542.189)	12.260.771	30.142.718
Pagamentos	(34.981.083)	(893.414)	(9.060.829)	(44.935.327)
Compensação	(32.693.324)	(8.422.970)	7.297.712	(33.818.582)
Atualização monetária	227	121.436	1.596.703	1.718.367
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.593.586	8.141.112	34.888.740	56.623.438

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais – R\$)

- (i) Para melhor apresentação, as contingências regulatórias classificadas na rubrica “Cíveis” foram reclassificadas para rubrica “Fiscais”

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram outras ações de naturezas regulatórias, cíveis, trabalhistas e tributárias que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Fiscais (inclui ANS)	87.404.602	80.927.802	103.006.370	82.511.303
Trabalhista	20.445.680	6.944.721	29.355.458	11.703.714
Cíveis	19.017.405	91.912.504	50.336.776	112.165.960
	126.867.687	179.785.027	182.698.604	206.380.976

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Tributárias (inclui ANS)	4.998.041	33.876.010	4.998.041	33.876.010
Trabalhista	2.687.302	2.417.306	4.417.240	3.904.536
Cíveis	32.083.885	25.040.193	33.111.628	25.969.275
Depósitos judiciais – SUS	-	47.737.366	-	47.737.367
	39.769.228	109.070.875	42.526.909	111.487.188

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora				
	Tributárias (inclui ANS)	Trabalhista	Cíveis	Depósitos judiciais - SUS	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	5.743.047	2.063.856	48.632.514	28.789.113	85.228.530
Adições/(baixas)	428.616	181.190	3.007.954	14.678.550	18.296.310
Atualizações	347.020	172.260	757.052	4.269.703	5.546.035
Transferências (i)	27.357.327	-	(27.357.327)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	33.876.010	2.417.306	25.040.193	47.737.366	109.070.875
Adições/(baixas)	(29.206.183)	98.876	6.270.906	(24.711.171)	(47.547.572)
Bloqueios Judiciais	-	-	257.777	-	257.777
Atualizações	328.214	171.120	515.009	(23.026.195)	(22.011.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.998.041	2.687.302	32.083.885	-	39.769.228

					Consolidado
	Tributárias (inclui ANS)	Trabalhista	Cíveis	Depósitos judiciais - SUS	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	5.743.047	2.645.507	49.442.233	28.789.113	86.619.900
Adições/(baixas)	428.616	943.300	3.023.705	14.678.550	19.074.171
Atualizações	347.020	315.729	860.664	4.269.704	5.793.117
Transferências (i)	27.357.327	-	(27.357.327)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	33.876.010	3.904.536	25.969.275	47.737.367	111.487.188
Adições/(baixas)	(29.206.183)	233.434	6.273.116	(24.711.172)	(47.410.805)
Bloqueios Judiciais	-	-	257.777	-	257.777
Atualizações	328.214	279.270	611.460	(23.026.195)	(21.807.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.998.041	4.417.240	33.111.628	-	42.526.909

18. Patrimônio Líquido**18.1. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 729.848.766 (R\$510.848.766 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, representado por 781.593.198 ações ordinárias, sem valor nominal (562.593.198 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023).

Ato societário	Qtde de ações	Valor da ação – R\$	Aumento de capital –R\$
Assembleia Geral Extraordinária – 28 de fevereiro de 2024	154.000.000	1,00	154.000.000
Assembleia Geral Extraordinária – 23 de agosto de 2024	65.000.000	1,00	65.000.000
	219.000.000		219.000.000

18.2. Reserva de Capital

Os valores de reserva de capital referem-se a reservas de ágio na subscrição de ações e variação no câmbio, oriundos de aporte de capital estrangeiro.

18.3. Patrimônio líquido ajustado e capital baseado em risco

A ANS estabelece critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN nº 569/2022.

- Capital base (CB) é representado pelo valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.
- Capital baseado em riscos (CBR) define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.
- Capital regulatório (CR) é o limite mínimo de patrimônio líquido ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.
- Risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operação no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- Risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- Risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

- g) Risco operacional é a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
		(Reapresentação)
Capital de referência	11.701.894	11.226.993
(x) Fator K	25,81%	25,81%
Capital base	3.020.259	2.897.687
Patrimônio Líquido (PL)	444.062.066	380.600.597
(-) Participações societárias em operadoras de planos de saúde	-	-
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	(30.969.604)	(32.213.536)
(-) Despesas de comercialização diferida	(2.905.655)	(5.331.421)
(-) Despesas antecipadas	-	-
(-) Intangível	(750.510)	(981.427)
(-) <i>Goodwill</i> das participações diretas e indiretas não contempladas nas participações societárias em operadoras de plano de saúde	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	409.436.296	342.074.213
Capital Baseado em Risco (CBR)		
(+) Risco de subscrição	98.089.981	97.708.343
(+) Risco de crédito	32.759.441	44.703.149
(+) Risco operacional	40.188.765	44.810.416
(+) Risco de mercado	28.956.616	50.222.576
(-) Benefício da diversificação em riscos	(30.805.410)	(44.270.981)
	169.189.394	193.173.504
Suficiência exigida (PLA – CBR)	240.246.902	148.900.710

19. Contraprestações líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Contraprestações líquidas				
Individual	170.818.038	178.233.963	170.818.038	178.233.963
Coletivo	948.852.799	875.982.682	947.196.150	874.272.020
Taxa de administração	1.039.230	-	1.039.230	-
(-) Corresponsabilidade cedida	(113.921.636)	(13.149.314)	(113.921.636)	(13.149.314)
(-) Corresponsabilidade assumida	-	2.865.829	-	2.865.829
(-) Abatimentos e deduções	(8.545.501)	(519.329)	(8.545.501)	(519.329)
	998.242.930	1.043.413.831	996.586.281	1.041.703.169

20. Eventos Conhecidos ou Avisados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Eventos conhecidos ou avisados	(975.317.652)	(829.895.949)	(829.895.949)	(883.977.574)
Avisos recebidos do SUS	(14.763.856)	(14.763.856)	(14.763.856)	(27.514.350)
(-) Reversão SUS	1.743.216	1.743.216	1.743.216	30.412.368
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	102.980.112	102.861.835	102.861.835	100.241.011
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	39.994.590	(116.201.813)	(114.406.311)	(22.992.112)
Depreciação e amortização	(3.072.169)	(7.555.982)	(7.555.982)	(5.008.762)
Depreciação direito de uso	(5.106.739)	(8.443.378)	(8.443.378)	(8.521.784)
	(853.542.498)	(872.255.927)	(870.460.424)	(817.361.203)

21. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, líquida de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviços médico-hospitalar	9.222.502	9.179.699	44.561.390	68.145.942
Outras prestações de serviços	21.168.015	3.038	41.527.325	8.477.268
Outras receitas	496.894	1.511.555	(374.576)	6.479.157
	30.887.411	10.694.293	85.714.139	83.102.366

22. Despesas de comercialização

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(6.568.436)	(22.290.897)	(6.568.436)	(22.290.897)
Comissões e agenciamentos	(28.558.475)	(38.815.239)	(28.558.475)	(38.815.239)
Pessoal	(4.884.479)	(218.612)	(5.434.695)	(218.612)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(14)	-	(14)	-
Outros	(14.864.528)	(8.783)	(14.864.528)	(8.783)
	(54.875.932)	(61.333.531)	(55.426.148)	(61.333.531)

23. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(21.763.758)	(38.317.991)	(22.830.937)	(38.522.170)
Serviços de terceiros	(12.753.399)	(19.024.923)	(14.429.976)	(24.282.497)
Provisão para contingências	(23.538.699)	(2.452.035)	(26.915.598)	7.543.618
Localização e funcionamento (i)	(6.399.823)	(19.410.049)	(7.943.033)	(19.568.900)
Depreciação e amortização	(3.094.159)	(1.799.029)	(3.094.159)	(1.799.029)
Depreciação direito de uso	(353.324)	-	(353.324)	-
Taxas, emolumentos, multas e juros	(201.357)	(464.746)	(304.197)	(464.836)
Publicidade e propaganda	(170.000)	(55.558)	(230.000)	(55.558)
Tributos	(926.074)	(238.706)	(2.115.603)	(451.147)
Outras	(4.843.989)	(11.496.454)	(5.774.613)	(14.889.756)
	(74.044.582)	(93.259.491)	(83.991.440)	(92.490.275)



24. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de			
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações financeiras (i)	41.114.039	26.208.558	41.391.023	26.209.794
Variação monetária ativa	31.864.559	13.092.048	33.360.863	14.695.849
Juros recebidos	3.884.228	3.489.377	3.892.031	3.506.585
Descontos obtidos	270	-	12.817	4.068
Outras receitas	(3.963)	10.573	(3.963)	10.571
	76.859.133	42.800.556	78.652.771	44.426.867
Despesas financeiras				
Juros arrendamento mercantil	(2.466.276)	(2.276.445)	(7.620.380)	(7.434.624)
Variação monetária passiva	(4.884.935)	(4.648.427)	(4.974.833)	(2.367.136)
Tarifas bancárias	(2.105.770)	(1.136.399)	(2.127.397)	(1.191.962)
Multas e juros	(939)	(420.129)	(104.360)	(589.641)
Descontos concedidos	(37.822)	(2.210.471)	(44.953)	(2.256.436)
Ajuste a valor presente	-	639.839	-	639.840
Outras despesas	(16.695.665)	216.747	(16.515.687)	130.087
	(26.191.407)	(9.835.285)	(31.387.610)	(13.069.872)
Resultado financeiro líquido	50.667.726	32.965.271	47.265.161	31.356.995

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes às realizadas com terceiros, sendo as principais operações e saldos sumariados conforme segue:



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.**(Valores em Reais – R\$)*

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	668.223	4.174.536	-	1.198	51.551.794	42.750.869	16.635.114	22.621.151
São Lucas Saúde S.A.	-	5.563	-	-	327	7.732	-	-
Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	-	-	-	-	1.845	76.950	60.648	91.706
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	-	-	1.935.940	1.980.904	2.232.672	1.405.542	39.272.344	23.754.444
INCORD – Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	-	-	-	-	23.318	17.326	1.039.713	687.504
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	-	-	-	-	304.652	266.989	2.870.293	6.936.157
SMV Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	-	64.457	42.001	-	-
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	9.000.000	-	591.165	4.633.790	1.774.926	1.714.229	103.652.187	60.923.767
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1.071
HB Saúde	54	-	-	-	-	-	-	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	19.242.991	-	67.918.060	-	29.083.042	-	211.033.486	-
Hospital Varginha S.A.	-	-	23.802	-	354.987	251.132	2.179.159	2.543.726
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	-	-	914.650	-	687.664	501.084	15.244.164	10.976.774
Vendas serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde	28.911.268	4.180.099	71.383.617	6.615.892	86.079.684	47.033.855	391.987.108	128.536.300

As transações são basicamente relacionadas a atendimentos médicos dos beneficiários de planos de saúde em várias localidades no País entre as empresas do grupo, quanto a instruções de atendimento, emissão de guias entre outros.

27. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, apresentamos a conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2024	de 2024
Resultado líquido	(6.538.531)	(6.538.531)
Equivalência patrimonial	31.471.992	-
Depreciação e amortização	11.626.391	19.446.843
Receitas com aplicações financeiras	(26.983.771)	(26.983.771)
Provisão/(Reversão) de perdas com créditos de liquidação duvidosa	24.913.891	24.913.891
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	13.630.450	13.630.450
Amortização de despesas de comercialização diferidas	6.568.436	6.568.436
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(3.605.046)	(3.605.046)
Atualização monetária - depósito judicial	22.011.852	22.011.852
Atualização monetária - provisão para ações judiciais	(22.011.852)	1.718.367
Variações de provisões técnicas	(39.994.590)	-
Provisões para ações judiciais	23.538.699	26.915.598
Juros sobre arrendamentos	2.466.276	7.620.381
Baixa de imobilizado/intangível	303.968	310.836
Baixa de direito de uso e arrendamento	-	(7.984)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(17.755.130)	(23.232.988)
(Aumento)/redução dos ativos operacionais	(22.718.139)	(9.154.740)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	(36.367.572)	(111.960.893)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(39.442.675)	(58.347.299)

* * *

Notre Dame Intermédica Saúde Minas Gerais

62.550.256/0001-20

Fernando Miguel Augusto

Diretor de Contabilidade

CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima

Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas

Gerente de Demonstrações Financeiras